

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	9
Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2019 à 31/03/2019	10
Demonstração de Valor Adicionado - Método Indireto	11

DFs Consolidadas

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	15
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	40
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	41

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	42
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	43
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	44
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	45

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	402.202
Preferenciais	384.204
Total	786.406
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	23/12/2019	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,01712
Reunião do Conselho de Administração	23/12/2019	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe A	0,01712
Reunião do Conselho de Administração	23/12/2019	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe C	0,01712

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/01/2020 à 31/03/2020	Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/12/2019
1	Ativo Total	1.158.574	1.142.690
1.01	Ativo Circulante	98.911	73.787
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	63.612	37.862
1.01.03	Contas a Receber	14.757	18.707
1.01.03.01	Clientes	2.059	2.130
1.01.03.01.01	Concessionárias	2.059	2.130
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	12.698	16.577
1.01.03.02.01	Rendas a receber	12.698	16.577
1.01.04	Estoques	7.020	6.932
1.01.06	Tributos a Recuperar	12.809	10.073
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	12.809	10.073
1.01.06.01.01	Imposto de renda e Contribuição social a compensar	11.649	8.679
1.01.06.01.02	Outros tributos compensáveis	1.160	1.394
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	713	213
1.01.08.03	Outros	713	213
1.01.08.03.01	Prêmio de risco - GSF	48	48
1.01.08.03.02	Outros créditos	665	165
1.02	Ativo Não Circulante	1.059.663	1.068.903
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.605	1.731
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.605	1.731
1.02.01.10.03	Cauções e depósitos vinculados	697	672
1.02.01.10.04	Prêmio de risco - GSF	383	395
1.02.01.10.05	Outros créditos	525	664
1.02.03	Imobilizado	1.035.589	1.043.808
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.016.388	1.025.216
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	594	694
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	18.607	17.898
1.02.04	Intangível	22.469	23.364
1.02.04.01	Intangíveis	22.469	23.364
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	21.849	22.739
1.02.04.01.02	Intangível em Serviço	216	240
1.02.04.01.03	Intangível em Curso	404	385

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/01/2020 à 31/03/2020	Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/12/2019
2	Passivo Total	1.158.574	1.142.690
2.01	Passivo Circulante	36.896	31.576
2.01.02	Fornecedores	2.289	3.320
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.289	3.320
2.01.03	Obrigações Fiscais	7.947	4.136
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	7.940	4.105
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	6.499	998
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	1.441	3.107
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	3	11
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	4	20
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.987	1.807
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	2.987	1.807
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	2.987	1.807
2.01.05	Outras Obrigações	17.840	16.912
2.01.05.02	Outros	17.840	16.912
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	8.634	8.634
2.01.05.02.04	Uso do Bem Público	5.267	5.181
2.01.05.02.06	Outras contas a pagar	3.939	3.097
2.01.06	Provisões	5.833	5.401
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	33	33
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	33	33
2.01.06.02	Outras Provisões	5.800	5.368
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	5.800	5.368
2.02	Passivo Não Circulante	191.551	191.470
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	91.233	90.513
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	91.233	90.513
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	91.233	90.513
2.02.02	Outras Obrigações	46.836	46.389
2.02.02.02	Outros	46.836	46.389
2.02.02.02.05	Uso do bem público	45.077	45.008
2.02.02.02.06	Outras contas a pagar	1.759	1.381
2.02.03	Tributos Diferidos	31.690	32.832
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	31.690	32.832
2.02.04	Provisões	21.792	21.736
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	12.650	12.101
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	1.442	1.393
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	11.208	10.708
2.02.04.02	Outras Provisões	9.142	9.635
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	8.594	9.113
2.02.04.02.04	Outras provisões	548	522
2.03	Patrimônio Líquido	930.127	919.644
2.03.01	Capital Social Realizado	804.459	804.459
2.03.02	Reservas de Capital	14.473	14.473
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	14.473	14.473
2.03.04	Reservas de Lucros	100.615	100.615
2.03.04.01	Reserva Legal	52.530	52.530

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/01/2020 à 31/03/2020	Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/12/2019
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	5.341	5.341
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	29.826	29.826
2.03.04.10	Reserva de Investimento	12.918	12.918
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	10.483	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	97	97

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	36.218	47.183
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-13.578	-16.938
3.02.01	Custo com energia elétrica	-327	-466
3.02.02	Custo de operação	-13.251	-16.472
3.03	Resultado Bruto	22.640	30.245
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.173	-3.235
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.134	-3.234
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-39	-1
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	19.467	27.010
3.06	Resultado Financeiro	-3.630	-6.980
3.06.01	Receitas Financeiras	837	444
3.06.02	Despesas Financeiras	-4.467	-7.424
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	15.837	20.030
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-5.354	-7.412
3.08.01	Corrente	-6.499	-8.655
3.08.02	Diferido	1.145	1.243
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	10.483	12.618
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	10.483	12.618
3.99.01.01	ON	0,00656	0,01186
3.99.01.02	PNR	0,01223	0,01223
3.99.01.03	PNA	0,03669	0,03669
3.99.01.04	PNB	0,03669	0,03669
3.99.01.05	PNC	0,03669	0,03669
3.99.02.01	ON	0,00656	0,01186
3.99.02.02	PNR	0,01223	0,01223
3.99.02.03	PNA	0,03669	0,03669
3.99.02.04	PNB	0,03669	0,03669
3.99.02.05	PNC	0,03669	0,03669

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	10.483	12.618
4.03	Resultado Abrangente do Período	10.483	12.618

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	26.477	29.999
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	29.826	40.712
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	15.837	20.030
6.01.01.04	Tributos diferidos	3	0
6.01.01.05	Depreciações e amortizações	9.782	13.447
6.01.01.06	Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	0	63
6.01.01.08	Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	1.900	4.739
6.01.01.09	Uso do bem público - atualização monetária e AVP	1.481	1.300
6.01.01.10	Provisão para plano de benefícios pós-emprego	49	37
6.01.01.11	Provisão e atualização monetária para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	539	403
6.01.01.12	Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP	538	862
6.01.01.15	Arrendamentos e aluguéis - atualização monetária e AVP	-190	67
6.01.01.18	Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	-112	-241
6.01.01.19	Amortização do prêmio de risco - GSF	12	12
6.01.01.20	Outros	-13	-7
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-3.349	-10.713
6.01.02.01	Concessionárias	71	-350
6.01.02.02	Impostos e contribuições sociais compensáveis	-205	-132
6.01.02.03	Rendas a receber	3.879	-3.895
6.01.02.04	Estoques	-88	-7
6.01.02.05	Cauções e depósitos vinculados	-18	-130
6.01.02.07	Outros ativos operacionais	-361	-129
6.01.02.08	Fornecedores	-1.031	-2.183
6.01.02.09	Outros tributos e contribuições sociais	-1.498	1.613
6.01.02.10	Benefícios pós-emprego	0	1
6.01.02.13	Provisões	-724	-759
6.01.02.14	Uso do bem público	-1.326	-1.254
6.01.02.15	Outros passivos operacionais	1.501	205
6.01.02.16	Imposto de renda e contribuição social pagos	-3.549	-3.693
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-642	-73
6.02.01	Adições ao imobilizado e intangível	-642	-73
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-85	-114
6.03.06	Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos	-85	-114
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	25.750	29.812
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	37.862	1.761
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	63.612	31.573

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	804.459	14.473	100.615	0	97	919.644
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	804.459	14.473	100.615	0	97	919.644
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	10.483	0	10.483
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	10.483	0	10.483
5.07	Saldos Finais	804.459	14.473	100.615	10.483	97	930.127

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2019 à 31/03/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	804.459	14.473	76.622	0	324	895.878
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	804.459	14.473	76.622	0	324	895.878
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-9.437	0	0	-9.437
5.04.08	Dividendo adicional aprovado - AGO de 25/04/2019	0	0	-9.437	0	0	-9.437
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	12.618	0	12.618
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	12.618	0	12.618
5.07	Saldos Finais	804.459	14.473	67.185	12.618	324	899.059

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
7.01	Receitas	40.746	52.456
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	40.018	52.079
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	728	377
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.563	-3.252
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-179	-42
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.752	-2.447
7.02.04	Outros	-632	-763
7.02.04.01	Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	-180	-472
7.02.04.02	Outros custos operacionais	-452	-291
7.03	Valor Adicionado Bruto	37.183	49.204
7.04	Retenções	-9.843	-13.479
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-9.843	-13.479
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	27.340	35.725
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	870	466
7.06.02	Receitas Financeiras	870	466
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	28.210	36.191
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	28.210	36.191
7.08.01	Pessoal	3.522	3.435
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.740	2.671
7.08.01.02	Benefícios	599	592
7.08.01.03	F.G.T.S.	183	172
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	9.697	12.709
7.08.02.01	Federais	9.555	12.637
7.08.02.02	Estaduais	117	66
7.08.02.03	Municipais	25	6
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	4.508	7.429
7.08.03.01	Juros	4.467	7.424
7.08.03.02	Aluguéis	41	5
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	10.483	12.618
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	10.483	12.618

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



COMENTÁRIO DE DESEMPENHO DA COMPANHIA NO PERÍODO DE JANEIRO A MARÇO DE 2020(*)

(*) Todas as informações apresentadas nesse comentário de desempenho estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas. As informações operacionais não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

A COMPANHIA

A Investco S.A. tem como atividade a exploração da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães (“UHE Lajeado”), localizada no Rio Tocantins, nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins. A Usina tem potência instalada de 902,5 MW, distribuída em cinco unidades geradoras com potência de 180,5 MW cada, e uma energia assegurada anual de 4.424,7 GWh.

A principal fonte de receita da Companhia é o valor do arrendamento dos ativos da UHE Luís Eduardo Magalhães, nos termos e condições do Contrato de Arrendamento celebrado entre a Companhia e seus acionistas detentores de ações ordinárias da Companhia; além dessa fonte de receita, a Companhia obtém receita da venda de 1% da energia elétrica gerada pela UHE Luís Eduardo Magalhães, que corresponde à parcela da concessão de titularidade da Companhia.

A energia elétrica gerada pela UHE Luís Eduardo Magalhães é utilizada e comercializada pelos respectivos titulares da concessão compartilhada da UHE Luís Eduardo Magalhães, na condição de “Produtor Independente”, na proporção da participação de cada um deles na concessão, nos termos do Contrato de Concessão.

PRINCIPAIS INDICADORES

DESCRIÇÃO	Unidade	Saldos		Var. %
		1T20	1T19	
Financeiros				
Ativo total	R\$ mil	1.158.574	1.150.049	0,7%
Patrimônio líquido	R\$ mil	930.127	899.059	3,5%
Dívida líquida	R\$ mil	30.608	66.477	-54,0%
Dívida líquida/ Patrimônio líquido	vezes	0,03	0,07	-55,5%
Dívida líquida/ EBITDA (12 meses)	vezes	0,21	0,53	-60,2%

RESULTADOS	Unidade	1° Trimestre		Var. %	Acumulado		Var. %
		1T20	1T19		3M20	3M19	
Receita Líquida	R\$ mil	36.218	47.183	-23,2%	36.218	47.183	-23,2%
Gastos gerenciáveis*	R\$ mil	(16.424)	(19.707)	-16,7%	(16.424)	(19.707)	-16,7%
Gastos não-gerenciáveis	R\$ mil	(327)	(466)	-29,8%	(327)	(466)	-29,8%
Resultado do serviço (EBIT)	R\$ mil	19.467	27.010	-27,9%	19.467	27.010	-27,9%
EBITDA	R\$ mil	29.249	40.457	-27,7%	29.249	40.457	-27,7%
Resultado financeiro	R\$ mil	(3.630)	(6.980)	-48,0%	(3.630)	(6.980)	-48,0%
Resultado antes de IR e CS	R\$ mil	15.837	20.030	-20,9%	15.837	20.030	-20,9%
Lucro líquido	R\$ mil	10.483	12.618	-16,9%	10.483	12.618	-16,9%
* inclui depreciação e amortização							
Margens							
Margem EBITDA (EBITDA/ receita líquida)	%	80,76%	85,74%	-5,0%	80,76%	85,74%	-5,0%
Margem líquida (lucro líquido/ receita líquida)	%	28,94%	26,74%	2,2%	28,94%	26,74%	2,2%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



DESEMPENHO OPERACIONAL

No 1T20, a Investco S.A. que opera e mantém a UHE Lajeado gerou 1.348,9 GWh de energia, valor 31,1% maior do que os 1.028,7 GWh gerados no 1T19, devido à maior afluência (vazão) do Rio Tocantins. A UHE Lajeado continua mantendo o desempenho histórico, com disponibilidade acumulada (60 meses) ao final do 1T20 no valor de 97,6%, 0,7 ponto percentual acima dos 96,9% do final do 1T19.

DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO	1T20	1T19	%	3M20	3M19	var. %
Receita operacional líquida	36.218	47.183	-23,2%	36.218	47.183	-23,2%
Gastos não gerenciáveis	(327)	(466)	-29,8%	(327)	(466)	-29,8%
Energia elétrica comprada para revenda	(162)	(37)	337,8%	(162)	(37)	337,8%
Encargos de uso da rede elétrica	(164)	(428)	-61,7%	(164)	(428)	-61,7%
Margem bruta	35.891	46.717	-23,2%	35.891	46.717	-23,2%
Gastos gerenciáveis	(16.424)	(19.707)	-16,7%	(16.424)	(19.707)	-16,7%
Total PMSO	(6.642)	(6.260)	6,1%	(6.642)	(6.260)	6,1%
Pessoal	(4.014)	(3.734)	7,5%	(4.014)	(3.734)	7,5%
Materiais	(231)	(221)	4,5%	(231)	(221)	4,5%
Serviços de terceiros	(1.814)	(2.016)	-10,0%	(1.814)	(2.016)	-10,0%
Arrendamentos e aluguéis	(41)	(3)	1266,7%	(41)	(3)	1266,7%
Provisões e contingências	(39)	(1)	3800,0%	(39)	(1)	3800,0%
Outros gastos gerenciáveis	(503)	(285)	76,5%	(503)	(285)	76,5%
Depreciação e amortização	(9.782)	(13.447)	-27,3%	(9.782)	(13.447)	-27,3%
Depreciação	(8.868)	(12.729)	-30,3%	(8.868)	(12.729)	-30,3%
Amortização	(914)	(718)	27,3%	(914)	(718)	27,3%
Resultado do serviço (EBIT)	19.467	27.010	-27,9%	19.467	27.010	-27,9%
EBITDA	29.249	40.457	-27,7%	29.249	40.457	-27,7%
Margem EBITDA	80,8%	85,7%	-5,8%	80,8%	85,7%	-5,8%
Resultado financeiro líquido	(3.630)	(6.980)	-48,0%	(3.630)	(6.980)	-48,0%
Receitas financeiras	837	444	88,5%	837	444	88,5%
Despesas financeiras	(4.467)	(7.424)	-39,8%	(4.467)	(7.424)	-39,8%
LAIR	15.837	20.030	-20,9%	15.837	20.030	-20,9%
Imposto de renda e contribuição social	(5.354)	(7.412)	-27,8%	-5.354	(7.412)	-27,8%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(6.499)	(8.655)	-24,9%	(6.499)	-8.655	-24,9%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.145	1.243	-7,9%	1.145	1.243	-7,9%
Lucro líquido	10.483	12.618	-16,9%	10.483	12.618	-16,9%

A **Receita Operacional Líquida**, composta pela receita do arrendamento e venda de energia deduzidos os impostos incidentes, atingiu R\$ 36,2 milhões no 1T20, decréscimo de 23,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. A redução de R\$ 11,0 milhões é proveniente, principalmente, da aplicação do Coeficiente de Ajuste (CA) existente no cálculo do valor de arrendamento entre os períodos. Cabe ressaltar, que a receita é basicamente composta pelo Arrendamento dos ativos às companhias acionistas detentoras da concessão compartilhada e que no percentual de remuneração dos ativos está inclusa a remuneração dos custos operacionais.

Os **Gastos Não Gerenciáveis** (energia elétrica comprada para revenda e encargos do uso do sistema de transmissão) totalizaram um resultado de R\$ 0,327 milhões no primeiro trimestre do ano, -29,8% menor que os R\$ 0,466 milhões do período comparativo.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Os **Gastos Gerenciáveis** compreendidos pelos gastos com pessoal, materiais, serviços de terceiros, outras despesas e provisões para contingências totalizaram R\$ 16,4 milhões no primeiro trimestre de 2020, queda de 16,7% em relação ao primeiro trimestre de 2019.

No primeiro trimestre de 2020 o **EBITDA** alcançou R\$ 29,2 milhões, valor 27,7% inferior ao alcançado no 1T19, devido à menor receita de arrendamento do período bem como um aumento no valor gasto com pessoal.

A **Depreciação e Amortização** atingiu um valor de R\$ 9,8 milhões, 27,3% inferior ao 1T19 em decorrência da finalização de depreciação antecipada de equipamentos em maio/19, que foram doados a Taesa.

A variação do **Resultado Financeiro** líquido 1T20 foi positiva em R\$ 3,3 milhões, 48,0% inferior ao 1T19, decorrente do aumento de rendimentos e aplicações financeiras, influenciado pela maior disponibilidade de caixa no período, como também pela redução de encargos de dívidas.

No 1T20, a Companhia apresentou um **Lucro Líquido** de R\$ 10,5 milhões, 16,9% inferior ao mesmo período do ano anterior, decorrente dos efeitos mencionados anteriormente.

ENDIVIDAMENTO

ENDIVIDAMENTO	1T20	4T19	var.%	1T19	var.%
(+) Dívida bruta	94.220	92.320	2,1%	98.050	-3,9%
(-) Disponibilidades	-63.612	-37.862	68,0%	-31.573	101,5%
(=) Dívida líquida	30.608	54.458	-43,8%	66.477	-54,0%

A **Dívida Bruta** atingiu R\$ 94,2 milhões em 31 de março de 2020, composta principalmente pelas ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela Companhia, que de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros), cumulativo de 3% sobre o valor de sua respectiva participação do capital social.

A **Dívida Líquida**, considerando o valor de R\$ 63,6 milhões de caixa e disponibilidades, alcançou R\$ 30,6 milhões em 31 de março de 2020, decréscimo de 43,8% em relação ao 4T19. Essa variação ocorreu, em maior parte, devido ao aumento da geração de caixa operacional da empresa.

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
(Em milhares de reais)



ATIVO	Nota	31/03/2020	31/12/2019
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	63.612	37.862
Concessionárias		2.059	2.130
Rendas a receber	5	12.698	16.577
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	6	11.649	8.679
Outros tributos compensáveis	6	1.160	1.394
Estoques		7.020	6.932
Prêmio de risco - GSF		48	48
Outros créditos	9	665	165
Total do Ativo Circulante		98.911	73.787
Não circulante			
Depósitos vinculados	13	697	672
Prêmio de risco - GSF		383	395
Outros créditos	9	525	664
		1.605	1.731
Imobilizado	10	1.035.589	1.043.808
Intangível	11	22.469	23.364
		1.058.058	1.067.172
Total do Ativo Não circulante		1.059.663	1.068.903
TOTAL DO ATIVO		1.158.574	1.142.690
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores		2.289	3.320
Imposto de renda e Contribuição social a recolher	6	6.499	998
Outros tributos a recolher	6	1.448	3.138
Dividendos		8.634	8.634
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	12	2.987	1.807
Benefícios pós-emprego		33	33
Uso do bem público		5.267	5.181
Provisões	13	5.800	5.368
Outras contas a pagar	9	3.939	3.097
Total do Passivo Circulante		36.896	31.576
Não circulante			
Tributos diferidos	7	31.690	32.832
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	12	91.233	90.513
Benefícios pós-emprego		1.442	1.393
Uso do bem público		45.077	45.008
Provisões	13	20.350	20.343
Outras contas a pagar	9	1.759	1.381
Total do Passivo Não circulante		191.551	191.470
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	14.1	804.459	804.459
Reservas de capital		14.473	14.473
Reservas de lucros		100.615	100.615
Outros resultados abrangentes		97	97
Lucros acumulados		10.483	
Total do Patrimônio Líquido		930.127	919.644
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.158.574	1.142.690

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Nota	2020	2019
Receitas	15	36.218	47.183
Custo da produção e do serviço de energia elétrica	16		
Custo do serviço de energia elétrica		(327)	(466)
Custo de operação		(13.251)	(16.472)
		(13.578)	(16.938)
Lucro bruto		22.640	30.245
Despesas e Receitas operacionais	16		
Despesas gerais e administrativas		(3.134)	(3.234)
Outras despesas e receitas operacionais		(39)	(1)
		(3.173)	(3.235)
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		19.467	27.010
Resultado financeiro	17		
Receitas financeiras		837	444
Despesas financeiras		(4.467)	(7.424)
		(3.630)	(6.980)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		15.837	20.030
Tributos sobre o lucro	18		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(6.499)	(8.655)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		1.145	1.243
		(5.354)	(7.412)
Lucro líquido do período		10.483	12.618
Resultado por ação atribuível aos acionistas			
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)	19		
ON		0,00656	0,01186
PNR		0,01223	0,01223
PNA		0,03669	0,03669
PNB		0,03669	0,03669
PNC		0,03669	0,03669

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO
(Em milhares de reais)



	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido do período	10.483	12.618
Resultado abrangente do período	<u>10.483</u>	<u>12.618</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Em milhares de reais)



Período de 3 meses findos em 31 de março

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	804.459	14.473	76.622	324	-	895.878
Dividendo adicional aprovado - AGO de 25/04/2019			(9.437)			(9.437)
Lucro líquido do período					12.618	12.618
Saldos em 31 de março de 2019	804.459	14.473	67.185	324	12.618	899.059

Período de 3 meses findos em 31 de março

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	804.459	14.473	100.615	97	-	919.644
Lucro líquido do período					10.483	10.483
Saldos em 31 de março de 2020	804.459	14.473	100.615	97	10.483	930.127

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODOS DE 3 MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO
 (Em milhares de reais)



	<u>Nota</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		15.837	20.030
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Tributos diferidos		3	
Depreciações e amortizações		9.782	13.447
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados			63
Encargos de dívidas, variações monetárias e AVP sobre empréstimos e financiamentos		1.900	4.739
Uso do bem público - atualização monetária e AVP		1.481	1.300
Arrendamentos e aluguéis - atualização monetária e AVP		(190)	67
Provisão para plano de benefícios pós-emprego		49	37
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		539	403
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP		538	862
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(112)	(241)
Amortização do prêmio de risco - GSF		12	12
Outros		(13)	(7)
		<u>29.826</u>	<u>40.712</u>
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Concessionárias		71	(350)
Outros tributos compensáveis		(205)	(132)
Estoques		(88)	(7)
Cauções e depósitos vinculados		(18)	(130)
Rendas a receber		3.879	(3.895)
Outros ativos operacionais		(361)	(129)
		<u>3.278</u>	<u>(4.643)</u>
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores		(1.031)	(2.183)
Outros tributos a recolher		(1.498)	1.613
Benefícios pós-emprego			1
Provisões		(724)	(759)
Uso do bem público		(1.326)	(1.254)
Outros passivos operacionais		1.501	205
		<u>(3.078)</u>	<u>(2.377)</u>
Caixa proveniente das atividades operacionais			
		<u>30.026</u>	<u>33.692</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(3.549)	(3.693)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais			
		<u>26.477</u>	<u>29.999</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao Imobilizado e Intangível		(642)	(73)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento			
		<u>(642)</u>	<u>(73)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos		(85)	(114)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento			
21.1		<u>(85)</u>	<u>(114)</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa			
		<u>25.750</u>	<u>29.812</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		63.612	31.573
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		37.862	1.761
		<u>25.750</u>	<u>29.812</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PERÍODOS DE 3 MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO
 (Em milhares de reais)



	2020	2019
Geração do valor adicionado	<u>40.746</u>	<u>52.456</u>
Receita operacional	40.018	52.079
Receita relativa à construção de ativos próprios	728	377
(-) Insumos adquiridos de terceiros	<u>(3.563)</u>	<u>(3.252)</u>
Custos da energia comprada	(179)	(42)
Encargos de uso da rede elétrica	(180)	(472)
Materiais	(331)	(298)
Serviços de terceiros	(2.421)	(2.149)
Outros custos operacionais	(452)	(291)
Valor adicionado bruto	<u>37.183</u>	<u>49.204</u>
Retenções		
Depreciações e amortizações	(9.843)	(13.479)
Valor adicionado líquido produzido	<u>27.340</u>	<u>35.725</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	870	466
Valor adicionado total a distribuir	<u>28.210</u>	<u>36.191</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	2.740	2.671
Benefícios	599	592
FGTS	183	172
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	9.555	12.637
Estaduais	117	66
Municipais	25	6
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	4.467	7.424
Aluguéis	41	5
	<u>17.727</u>	<u>23.573</u>
Lucros retidos	10.483	12.618
	<u>28.210</u>	<u>36.191</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



1 Contexto operacional

A Investco S.A. (Companhia ou Investco), sociedade anônima de capital aberto, controlada direta da Lajeado Energia S.A. (Lajeado Energia) e controlada final da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede na cidade de Miracema do Tocantins no Estado do Tocantins, tem como objeto social estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado), localizados nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 05/97 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

1.1 Concessão

A Companhia detém parte do Contrato de Concessão de exploração dos ativos da UHE Lajeado pelo prazo de 35 anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033, podendo ser prorrogado, a critério exclusivo do Poder Concedente, nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias. A referida usina encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5 MW, representando uma potência total instalada de 902,5 MW, uma potência assegurada de 823,3 MW e uma garantia física de 505,1 MWm.

A Companhia é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, mas não é titular exclusiva do Contrato de Concessão. A concessão da UHE Lajeado é compartilhada entre a Lajeado Energia, titular de 72,27%, CEB Lajeado S.A., titular de 19,80%, Paulista Lajeado Energia S.A., titular de 6,93% e a Companhia, titular de 1%. Portanto, as referidas empresas, em conjunto, são as concessionárias da UHE Lajeado, formando o Consórcio Usina Lajeado.

A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada, na condição de "Produtor Independente", nos termos do Contrato de Concessão, pelas citadas concessionárias, na proporção de suas participações.

Da potência e energia asseguradas, as concessionárias da UHE Lajeado deverão destinar 617,48 MW e 2.877.660 MWh/ano até o prazo final deste contrato para venda às empresas concessionárias de serviço público de distribuição. Caso as concessionárias não consigam entregar essa quantidade de energia, deverão ressarcir os agentes de mercado com os quais tem compromissos.

Foi celebrado contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Nota 5), nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Assim, além da receita auferida pela comercialização da energia elétrica na proporção de sua participação (1%), a Companhia tem como fonte de receita o próprio arrendamento dos ativos da UHE Lajeado. Trata-se de um arrendamento operacional, uma vez que os bens serão revertidos para a União, quando do término do Contrato de concessão.

1.1.1 Uso do bem público

A Companhia, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Lajeado, paga à União, do 7º ao 35º ano de concessão ou enquanto estiver na exploração do Aproveitamento Hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante anual definido no contrato, atualizado em 31 de março de 2020 de R\$5.378, corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. Em 31 de março de 2020, o valor presente total remanescente da obrigação é de R\$50.344 (R\$50.189 em 31 de dezembro de 2019). A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis intermediárias.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das informações contábeis intermediárias em 17 de abril de 2020. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social em 31 de dezembro de 2019, com exceção das novas normas de contabilidade adotadas a partir de 1º de janeiro de 2020, conforme descrito na nota 2.7.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Algumas notas explicativas não estão sendo apresentadas no sentido de evitar repetições de informações já divulgadas nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2019. Consequentemente, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais divulgadas à CVM em 18 de fevereiro de 2020. Segue abaixo a relação das notas explicativas nessa situação:

Número da nota explicativa em 31/12/2019	Título da nota explicativa	Justificativa
4	Concessionárias	(a)
9	Estoques	(a)
10	Prêmio de risco - GSF	(a)
14	Fornecedores	(a)
15	Dividendos	(b)
17	Benefício pós emprego	(a)
18	Uso do bem público - UBP	(a)
20.3	Reservas	(a)
21.3.1	Ágio na emissão de ações	(b)
21.3.4	Reserva de investimento	(b)
20.4	Outros resultados abrangentes	(a)
26.1.1.1	Ativos financeiros	(c)
26.1.1.2	Passivos financeiros	(c)
26.1.2	Valor justo	(c)
26.1.2.1	Mensuração a valor justo	(c)
29	Cobertura de seguros	(a)

(a) Não houve alteração no contexto da nota explicativa, sendo as variações dos valores referentes ao período findo em 31 de março de 2020, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, considerados imateriais pela Administração da Companhia.

(b) Não houve alteração no contexto da nota explicativa, desta forma, os textos não estão sendo apresentados.

(c) Não houve alteração no contexto da nota explicativa, desta forma, os textos não estão sendo apresentados.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto: (i) determinados ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 20.1.1; e (ii) os ativos e passivos líquidos de benefício definido que são reconhecidos a valor justo, com limitação de reconhecimento do superávit atuarial.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das informações contábeis intermediárias, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego que é revisado semestralmente e a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das informações contábeis intermediárias, nos próximos períodos, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.6); Arrendamentos e Aluguéis (Nota 9.1); Determinação da receita com arrendamento (Notas 5 e 15); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 7); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 10 e 11); Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas (Nota 13.1); Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais (Nota 13.2) e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros.

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Para o período findo em 31 de março de 2020 a Administração da Companhia considerou que houve indicação, devido a pandemia do COVID-19 (Nota 3.1), de indicadores que pudessem sofrer alterações passíveis de desvalorização de ativos. Dessa forma, no período citado, a Administração da Companhia avaliou individualmente as premissas de todos os seus ativos, tendo concluído que o valor contábil líquido dos ativos é recuperável e, não havendo, portanto, necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável na Companhia.

Adicionalmente, em relação ao acima destacado, a Administração da Companhia analisou o risco de continuidade operacional, tendo levado em consideração substancialmente a proteção contra redução por Força Maior dos contratos regulados da geração, bem como as ações legais que vem sendo tomadas pelo Governo Federal e ANEEL, concluindo assim, como mencionado na Nota 2.1, que não houve mudança na integridade da continuidade operacional da Companhia.

2.7 Adoção às normas de contabilidade novas e revisadas

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, consequentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes, que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020, e que foram devidamente adotadas pela Companhia.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



2.7.1 CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

Em março de 2018, diante das muitas alterações passadas feitas em diversas normas e interpretações, o IASB revisou a "Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro" (Conceptual Framework), conhecida no Brasil como Pronunciamento Técnico CPC 00. Diante dessa revisão pelo Comitê Internacional, no Brasil o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em 1º de novembro de 2019, conforme as disposições da Resolução CFC n.º 1.055/05 e alterações posteriores, aprovou o CPC 00 (R2), tornando pública sua aplicação no país.

Apesar da Estrutura Conceitual não ser um pronunciamento propriamente dito, sendo que nada contido nela se sobrepõe a qualquer pronunciamento ou qualquer requisito em pronunciamento, para o Grupo EDP - Energias do Brasil é notória a importância de sua avaliação e divulgação de suas revisões, uma vez que a mesma é utilizada como base para reconhecimento contábil, conforme previsto no CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis (correlação IAS 1). Ademais, sua importância se fundamenta também em seus seguintes objetivos práticos, a saber: nortear o desenvolvimento de normas futuras; auxiliar os preparadores das informações contábeis intermediárias a desenvolver políticas contábeis consistentes (quando nenhum outro pronunciamento se aplica à determinada transação ou outro evento, ou quando o pronunciamento permite uma escolha de política contábil); e auxiliar todos os usuários e preparadores a entender e interpretar os Pronunciamentos.

Conforme mencionado, as principais mudanças trazidas pela revisão se concentraram em atualizar a estrutura perante as normas emitidas pelo Comitê nos últimos anos, sendo as principais: (i) objetivo do relatório financeiro, que passa a ser o de fornecer informações úteis para a tomada de decisões de alocação de recursos, (ii) inclusão do conceito de prudência (definida como o exercício de cautela ao fazer julgamentos em condições de incerteza), como componente da neutralidade, (iii) definição da entidade que reporta, que pode ser tanto uma entidade legal, quanto também uma parte dela, e (iv) revisão das definições de ativo e passivo.

Conforme as decisões do Comitê Internacional, sua aplicação e efetividade são imediatas para aqueles que desenvolvem as normas (IASB e IFRS Interpretations Committee), mas somente requerida para os preparadores das demonstrações a partir de 1º de janeiro de 2020. A Administração da Companhia avaliou a nova estrutura conceitual e concluiu que sua adoção não trouxe impactos materiais nas informações contábeis intermediárias.

3 Eventos significativos no período

3.1 COVID-19 (pandemia do novo Coronavírus)

A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 13 de março de 2020, pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, que apresenta transmissão pelo contato, objetos contaminados ou aproximação de pessoas infectadas.

Devido a essa pandemia a Administração da EDP - Energias do Brasil e de suas controladas vem aplicando ações visando assegurar a segurança de seus funcionários próprios, terceiros e da comunidade onde atua. As ações incluem o cancelamento de viagens internacionais, limitação de viagens nacionais ao extremamente necessário, inclusão do trabalho remoto (*home-office*) para as áreas administrativas, aquisição e distribuição de equipamentos de segurança individuais, como máscaras e álcool em gel, aos funcionários de rede. O Grupo EDP - Energias do Brasil, em cooperação com os esforços governamentais e vem atuando em diversas frentes no combate a essa pandemia.

Neste cenário foram sentidos também efeitos econômicos que impactaram e poderão impactar a Companhia nos próximos períodos, cujos principais estão destacados abaixo:

3.1.1 Valor Justo de Ativos e Passivos Financeiros (Nota 20.1.1)

No período, a divulgação do MTM (*Mark-to-Market*) dos ativos e passivos financeiros, que deve refletir as condições e taxas atuais de mercado, foi revisada, sem impactos relevantes, e está demonstrada na Nota 20.1.1.

3.1.2 Benefício Pós-Emprego (BPE)

A Administração da Companhia efetuou uma avaliação buscando identificar o comportamento das taxas de desconto que são base para o cálculo de Benefícios Pós-Emprego (títulos públicos da modalidade Tesouro, IPCA), e entendeu que devido a alta volatilidade das taxas no atual cenário econômico, não é possível constatar que as atuais taxas refletem a realidade do passivo atuarial, portanto não foi efetuado recálculo do passivo intermediário.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2020	31/12/2019
Bancos conta movimento	1.723	1.019
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	61.889	36.843
Total	<u>63.612</u>	<u>37.862</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras estão remuneradas a taxas que variam entre 98,00% a 103,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

As aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 20.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



5 Rendas a receber

	Circulante	
	31/03/2020	31/12/2019
Lajeado Energia	9.269	12.102
Paulista Lajeado	889	1.160
CEB Lajeado	2.540	3.315
	<u>12.698</u>	<u>16.577</u>

Refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001, e aditado em 23 de junho de 2009, no qual a Companhia arrendou às demais concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Lajeado Energia, Paulista Lajeado e CEB Lajeado), frações ideais dos ativos existentes ou a serem adquiridos pela Companhia, no mesmo percentual de suas participações no Contrato de Concessão (Notas 1.1 e 8).

Este arrendamento é contabilizado mensalmente como arrendamento operacional, de acordo com o CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento, pois a operação da usina é de responsabilidade da Companhia, não havendo transferência de propriedade ou controle do ativo aos arrendatários. Os saldos são todos vincendos e estão apresentados ao custo amortizado.

O contrato de arrendamento objetiva assegurar à Companhia receita suficiente para garantir o seu funcionamento nas melhores condições até o final da concessão. O cálculo do contrato de arrendamento é baseado na remuneração de 8,83% ao ano corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA sobre 99% do valor do ativo imobilizado líquido, acrescido da depreciação acumulada, sendo que, todos os valores utilizados no cálculo, são valores projetados. Decorrido o exercício, anualmente, aplica-se o Coeficiente de Ajuste - CA, cujo o objetivo é calcular os valores reais, identificando a diferença entre os valores cobrados anteriormente, e ajustar a diferença a maior ou a menor na projeção do ano seguinte.

A variação no período da rubrica Rendas a receber, em contrapartida da receita de Arrendamentos e aluguéis (Nota 15), é decorrente, substancialmente, de dois aspectos: (i) devido o IPCA realizado em 2019 ser menor que o IPCA que havia sido projetado para o exercício, houve um decréscimo refletido no CA; e (ii) redução do IPCA projetado para o exercício de 2020 em relação ao exercício anterior de 0,4 p.p..

6 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Saldo em 31/12/2019	Adição	Atualização monetária	Adianta- mentos / Pagamentos	Transferên- cia	Saldo em 31/03/2020
Ativos compensáveis						
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8.679		112	2.858		11.649
Total Circulante	<u>8.679</u>	-	<u>112</u>	<u>2.858</u>	-	<u>11.649</u>
Outros tributos compensáveis						
ICMS	15					15
PIS e COFINS	-	132			(132)	-
IRRF sobre aplicações financeiras	1.258	73			(307)	1.024
Outros	121					121
Total Circulante	<u>1.394</u>	<u>205</u>	-	-	<u>(439)</u>	<u>1.160</u>
Passivos a recolher						
Imposto de renda e contribuição social a recolher	998	6.499		(691)	(307)	6.499
Total Circulante	<u>998</u>	<u>6.499</u>	-	<u>(691)</u>	<u>(307)</u>	<u>6.499</u>
Outros tributos a recolher						
ICMS	11	42		(50)		3
PIS e COFINS	1.508	3.732		(3.902)	(132)	1.206
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	73	54		(83)		44
IRRF sobre juros s/ capital próprio	6.1	1.349		(1.349)		-
Encargos com pessoal	197	777		(779)		195
Total Circulante	<u>3.138</u>	<u>4.605</u>	-	<u>(6.163)</u>	<u>(132)</u>	<u>1.448</u>

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

6.1 IRRF sobre juros s/ capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte da Companhia, à alíquota de 15%, incidente sobre os valores pagos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio conforme legislação. O saldo em 31 de dezembro de 2019 de R\$1.349 é relativo ao IRRF sobre JSCP deliberado no exercício de 2019 e liquidado em janeiro de 2020.

7 Tributos diferidos

	Nota	Passivo Não Circulante	
		31/03/2020	31/12/2019
PIS e COFINS		13	10
Imposto de renda e contribuição social	7.1	31.677	32.822
		<u>31.690</u>	<u>32.832</u>

7.1 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 599/09, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

7.1.1 Composição

Natureza dos créditos	Nota	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado	
		31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019	Períodos de 3 meses findos em 31 de março	
						2020	2019
Diferenças temporárias							
Benefício pós-emprego		451	435			16	13
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		2.585	2.415			170	106
Uso do bem público - CPC 25		17.117	17.065	2.808	2.863	107	71
Ações preferenciais resgatáveis - CPC 39	7.1.1.1			42.936	43.582	646	627
Benefício pós-emprego - Outros resultados abrangentes		50	50				
Licenças ambientais		(30)		6.253	6.539	256	382
Outras		240	290	93	93	(50)	44
Total bruto		20.413	20.255	52.090	53.077	1.145	1.243
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos		(20.413)	(20.255)	(20.413)	(20.255)		
Total		-	-	31.677	32.822		

7.1.1.1 Ações preferenciais resgatáveis

Referem-se ao ajuste a valor presente das Ações preferenciais resgatáveis "A", "B" e "C" conforme item 19 do CPC 39 (Nota 12).

7.1.2 Realização dos tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados, a qual é aprovada pelo Conselho da Administração. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

2020	2021	2022	2023	2024	2025 a 2027	Total Não circulante
3.313	4.417	4.417	3.724	3.493	1.049	20.413

A realização do ativo fiscal diferido está em consonância com as disposições da Instrução CVM nº 371/02 e Ofício Circular CVM/SNC/SEP/nº01/2019.

Notas Explicativas

Notas Explicativas

Período findo em 31 de março de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



8 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para seus acionistas detentores das ações ordinárias e preferenciais "R" e do montante a pagar aos acionistas detentores das ações preferenciais "A", "B" e "C" (Nota 12), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas Controladoras, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do período, estão apresentadas como segue:

Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Ativo		Passivo		Resultado			
			Circulante		Não circulante		Operacionais			
			31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019	Períodos de 3 meses findos em 31 de março			
						2020	2019			
Concessionárias										
Suprimento de energia elétrica										
EDP São Paulo	199,16	01/08/2002 a 15/12/2032	172	172			506	590		
EDP São Paulo	199,16	01/08/2005 a 15/12/2032	5	5			14	18		
Uso do sistema de transmissão										
EDP São Paulo		01/08/2005 a 15/12/2032	20	20			57	63		
			197	197	-	-	577	671		
Rendas a receber (Nota 5)										
Arrendamento UHE Lajeado										
Lajeado		Controladora direta	9.269	12.102			27.808	36.305		
CEB Lajeado		Acionista não controlador	2.540	3.315			7.619	9.947		
Paulista Lajeado		Acionista não controlador	889	1.160			2.666	3.480		
			12.698	16.577	-	-	38.093	49.732		
Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 9)										
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (a)										
EDP - Energias do Brasil		Controladora indireta			25	117	922	732	(368)	(124)
Compartilhamento dos serviços de infraestrutura (b)										
EDP - Energias do Brasil		Controladora indireta					19	24	(55)	24
Contrato de Compartilhamento de Atividades de Backoffice (c)										
EDP - Energias do Brasil		Controladora indireta				38	286	202	(549)	(351)
Contrato de prestação de serviços (d)										
EDP Comercializadora		Controle Comum					274	69	(205)	
Reembolso de prêmio de seguro										
EDP Espírito Santo		Controle Comum								(6)
Porto do Pecém		Controle Comum								(1)
EDP São Paulo		Controle Comum								(7)
EDP - Energias do Brasil		Controladora indireta								28
			-	-	25	155	1.501	1.027	(1.177)	(437)
			12.895	16.774	25	155	1.501	1.027	37.493	49.966

As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 22.2).

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



As operações realizadas com as contrapartes informadas abaixo ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

Em 26 de janeiro de 2016 foi emitida a Resolução Normativa ANEEL nº 699 que apresentou novos critérios para os atos jurídicos entre partes relacionadas. Considerando a publicação da referida Resolução, que revogou a Resolução Normativa ANEEL nº 334/08, o Contrato de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura poderá sofrer alterações quando da sua renovação.

(a) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos: A partir de 1º de janeiro de 2018 a EDP - Energias do Brasil é responsável pela contratação do novo Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos que contemplam as atividades das áreas corporativas. O contrato foi anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 1.329, publicado em 14 de junho de 2018, e aprova o compartilhamento de recursos humanos entre a EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Santa Fé, EDP PCH e Porto do Pecém. Com a alienação da Santa Fé e da EDP PCH em dezembro de 2018, a partir de 2019 as mesmas encontram-se excluídas do compartilhamento.

O novo contrato possui vigência até 31 de dezembro de 2019 e foi implementado utilizando o critério regulatório definido na Resolução Normativa ANEEL nº 699/16. O novo critério aloca os gastos com pessoal de maneira proporcional ao Ativo Imobilizado Bruto (AIB), ponderada por um fator definido para cada segmento (distribuição e geração), excluídos os gastos da *holding* e da comercializadora, que são compartilhados de forma preditiva.

A ANEEL se manifestou informando que não é mais necessária a anuência prévia para a celebração do termo aditivo do contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, que passa a compartilhar as despesas de pessoal entre a EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Porto do Pecém, EDP Transmissão, EDP Transmissão Aliança SC, EDP Transmissão MA I, EDP Transmissão MA II, e EDP Transmissão SP-MG. O contrato manterá o critério de rateio regulatório conforme acima e sua nova vigência será até dezembro de 2021.

(b) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações da sede da *holding* EDP - Energias do Brasil em São Paulo, onde a Companhia possui instalada uma filial.

Foi firmado contrato de compartilhamento de infraestrutura com vigência de 36 meses a partir de 1º de janeiro de 2019 para as Companhias EDP - Energias do Brasil e suas partes relacionadas EDP Comercializadora, EDP GRID, EDP Soluções, Lajeado, Porto do Pecém, Investco e EDP Varejista considerando os mesmos critérios adotados em contratos anteriores.

Os percentuais de rateio devem ser revistos anualmente e, em caso de alterações, os termos aditivos devem ser submetidos à anuência prévia da ANEEL.

(c) Contrato de Compartilhamento de Atividades de BackOffice: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de *BackOffice*, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc.

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente, e envolve as seguintes partes relacionadas: EDP - Energias do Brasil e suas controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Santa Fé, EDP PCH e Porto do Pecém. Com a alienação da Santa Fé e da EDP PCH em dezembro de 2018, a partir de 2019 as mesmas encontram-se excluídas do compartilhamento.

Em 10 de dezembro de 2019 o contrato de compartilhamento de *BackOffice* foi anuído pela ANEEL, por meio do Despacho nº 3.399, onde sua vigência será referente aos exercícios de 2019 a 2021 para a EDP - Energias do Brasil e suas partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Porto do Pecém, EDP Transmissão, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão MA I, EDP Transmissão MA II e EDP Transmissão SP-MG. O critério de rateio considera os mesmos direcionadores mencionados acima, suportado por consultoria especializada independente.

d) Contrato de prestação de serviços: O contrato tem por objetivo a prestação de serviços relacionados aos processos de operação da usina, bem como a interlocução junto ao Operador Nacional do Sistema - ONS, pela EDP Comercializadora. Os processos de operação estão divididos entre serviços de pré-operação, pós-operação, serviços de supervisão de informações em tempo real, normatização, sistema de controle e infraestrutura via Centro de Operação, automação e telecomunicações. O contrato possui vigência de 60 meses, a partir de 01 de dezembro de 2019 com término em 30 de novembro de 2024. O valor total dos serviços contratados é de R\$4.140, a serem pagos em parcelas mensais de R\$69, atualizado anualmente pelo IPCA.

8.1 Controladora direta e Controladora final

A controladora direta da Companhia é a Lajeado Energia S.A. e a controladora final é a EDP - Energias do Brasil S.A., sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A..

8.2 Remuneração dos administradores

8.2.1 Remuneração total do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária pagos pela Companhia referente ao período findo em 31 de março

	2020				2019			
	Diretoria Estatutária	Conselho da Administração	Conselho Fiscal	Total	Diretoria Estatutária	Conselho da Administração	Conselho Fiscal	Total
Remuneração (a)	186	19	37	242	156	19	37	212
Benefícios de curto prazo (b)	5			5	5			5
Total	191	19	37	247	161	19	37	217

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

9 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Nota	Circulante		Não circulante	
		31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Outros créditos - Ativo					
Serviços em curso			35	28	491
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	8				25
Despesas pagas antecipadamente			591	68	9
Outros			39	69	
Total			665	165	525
Outras contas a pagar - Passivo					
Folha de pagamento			115	214	
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	8				1.501
Arrendamentos e aluguéis			482	662	258
Obrigações Sociais e Trabalhistas	9.1		2.054	2.124	
Encargos Setoriais			65	36	
Outros	9.2		1.223	61	
Total			3.939	3.097	1.759

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



9.1 Obrigações sociais e trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

9.2 Outros

Refere-se substancialmente ao montante pago a maior por arrendatário (Nota 5) que será compensado no próximo período.

10 Imobilizado

São contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do período.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraído do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº674 de 11 de agosto de 2015.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

10.1 Composição do imobilizado

	31/03/2020			31/12/2019				
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos		117.759		117.759		117.759		117.759
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	694.961	(238.794)	456.167	2,00	694.961	(235.319)	459.642
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,23	334.371	(136.323)	198.048	2,24	334.371	(134.460)	199.911
Máquinas e equipamentos	3,11	431.171	(196.159)	235.012	3,12	431.171	(192.850)	238.321
Veículos	14,29	734	(560)	174	14,29	734	(549)	186
Móveis e utensílios	7,21	837	(71)	766	6,25	837	(55)	782
		<u>1.579.833</u>	<u>(571.907)</u>	<u>1.007.926</u>		<u>1.579.833</u>	<u>(563.232)</u>	<u>1.016.601</u>
Sistema de transmissão de conexão (Nota 10.1.1)								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,22	529	(296)	233	9,26	529	(292)	237
Máquinas e equipamentos	2,44	17.560	(10.618)	6.942	10,25	17.560	(10.533)	7.027
		<u>18.089</u>	<u>(10.914)</u>	<u>7.175</u>		<u>18.089</u>	<u>(10.825)</u>	<u>7.264</u>
Administração								
Máquinas e equipamentos	11,65	1.458	(943)	515	12,45	1.458	(912)	546
Veículos	14,29	703	(504)	199	14,29	703	(482)	221
Móveis e utensílios	6,41	815	(242)	573	6,25	815	(231)	584
		<u>2.976</u>	<u>(1.689)</u>	<u>1.287</u>		<u>2.976</u>	<u>(1.625)</u>	<u>1.351</u>
Total do imobilizado em serviço		<u>1.600.898</u>	<u>(584.510)</u>	<u>1.016.388</u>		<u>1.600.898</u>	<u>(575.682)</u>	<u>1.025.216</u>
Ativos de direito de uso								
Edificações, obras civis e benfeitorias	33,00	865	(359)	506	45,02	865	(288)	577
Veículos	50,00	235	(147)	88	50,00	235	(118)	117
Total Ativos de direito de uso		<u>1.100</u>	<u>(506)</u>	<u>594</u>		<u>1.100</u>	<u>(406)</u>	<u>694</u>
Imobilizado em curso								
Geração		18.607		18.607		17.898		17.898
Total do imobilizado em curso		<u>18.607</u>	<u>-</u>	<u>18.607</u>		<u>17.898</u>	<u>-</u>	<u>17.898</u>
Total do imobilizado		<u>1.620.605</u>	<u>(585.016)</u>	<u>1.035.589</u>		<u>1.619.896</u>	<u>(576.088)</u>	<u>1.043.808</u>

10.1.1 Linhas de transmissão (Sistema de transmissão de conexão)

A ANEEL, por meio do Ofício nº 506 de 21 de julho de 2014, comunicou à Companhia que realizaria Leilão de Transmissão que previa a licitação relativos à linha de transmissão LT 500 kV Miracema-Lajeado e a subestação SE 500/230kV Lajeado que levam a energia produzida pela Companhia até o ponto de conexão com a Rede Básica, com vistas a atender a crescente demanda de carga do estado do Tocantins, nos termos do artigo nº 17 da Lei nº 9.074/95.

A ANEEL promoveu os Leilões de Transmissão nº 04/14 e nº 01/15 em 18 de novembro de 2014 e 26 de agosto de 2015, respectivamente, todavia, não houve propostas para os respectivos ativos.

Em 13 de abril de 2016 foi realizado o Leilão de Transmissão nº 13/15-ANEEL o qual a Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. – Taesa sagrou-se vencedora do Lote P, o qual continha estes ativos. Em 27 de junho de 2016 a Taesa assinou o contrato de concessão sendo que a implantação e entrada em operação comercial das novas instalações estava prevista para ocorrer até 27 de dezembro de 2019. Os respectivos ativos foram transferidos à transmissora, sem ônus, em até 180 dias após a efetiva entrada em operação comercial das novas instalações a serem implantadas pela transmissora.

Com base no CPC 27 - Ativo imobilizado, devido a redução do prazo de vida útil destes ativos, a Companhia iniciou o processo de aceleração da depreciação dos mesmos a partir da competência de junho de 2016, data de assinatura do contrato de concessão pela Taesa.

Conforme contrato de concessão, a transferência dos ativos para Taesa e respectiva depreciação dos ativos, estava prevista para ocorrer até dezembro de 2019. Em julho de 2018, a Companhia recebeu notificação da Taesa informando a expectativa da antecipação da transferência dos bens para o mês de junho de 2019, fazendo com que a Companhia alterasse o prazo da depreciação da Linha de Transmissão de dezembro de 2019 para maio de 2019, estando assim depreciada integralmente. A transferência dos bens foi concluída em 31 de outubro de 2019.

Atualmente a Companhia possui, dentre os seus ativos imobilizados composto o Sistema de Transmissão de Conexão, R\$7.175 (R\$7.264 em 31 de dezembro de 2019) relativos ao bay de conexão da SE da usina à linha de transmissão LT 500 kV Miracema-Lajeado.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



10.2 Movimentação do imobilizado

	Nota	Valor líquido 31/12/2019	Ingressos	Deprecia- ções	Reclassifica- ção	Valor líquido 31/03/2020
Imobilizado em serviço						
Terrenos		117.759				117.759
Reservatórios, barragens e adutoras		459.642		(3.475)		456.167
Edificações, obras civis e benfeitorias		200.148		(1.867)		198.281
Máquinas e equipamentos		245.894		(3.425)		242.469
Veículos		407		(34)		373
Móveis e utensílios		1.386		(27)		1.339
Total do imobilizado em serviço		1.025.216	-	(8.828)	-	1.016.388
Ativos de direito de uso						
Edificações, obras civis e benfeitorias		577		(71)		506
Veículos		117		(29)		88
Total Ativos de direito de uso		694	-	(100)	-	594
Imobilizado em curso						
Reservatórios, barragens e adutoras		-	56		(56)	-
Máquinas e equipamentos		3.501	574		7	4.082
Adiantamento a fornecedores		899				899
Depósitos Judiciais	13.1.1.1	13.138				13.138
Outros		360	91		37	488
Total do imobilizado em curso		17.898	721	-	(12)	18.607
Total do imobilizado		1.043.808	721	(8.928)	(12)	1.035.589

11 Intangível

Estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

11.1 Composição do intangível

	31/03/2020				31/12/2019			
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Software	20,00	78	(74)	4	20,00	78	(73)	5
Direito de concessão - Licenças ambientais	20,00	22.655	(9.070)	13.585	25,42	22.655	(8.343)	14.312
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	3,22	20.137	(11.877)	8.260	3,22	20.137	(11.715)	8.422
		42.870	(21.021)	21.849		42.870	(20.131)	22.739
Administração								
Software	20,00	1.208	(992)	216	20,00	1.208	(968)	240
		1.208	(992)	216		1.208	(968)	240
Total do intangível em serviço		44.078	(22.013)	22.065		44.078	(21.099)	22.979
Intangível em curso								
Administração		404		404		385		385
Total do intangível em curso		404	-	404		385	-	385
Total do intangível		44.482	(22.013)	22.469		44.463	(21.099)	23.364

11.2 Movimentação do intangível

	Nota	Valor líquido 31/12/2019	Ingressos	Amortiza- ções	Reclassifica- ção	Valor líquido 31/03/2020
Intangível em serviço						
Software		245		(25)		220
Direito de concessão - Licenças ambientais		14.312		(727)		13.585
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	11.2.1	8.422		(162)		8.260
Total do intangível em serviço		22.979	-	(914)	-	22.065
Intangível em curso						
Software		385	7		12	404
Total do Intangível em curso		385	7	-	12	404
Total do Intangível		23.364	7	(914)	12	22.469

11.2.1 Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE Lajeado. Foi constituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o uso do bem público até o final do contrato de concessão, registrados em contrapartida do passivo. A amortização ocorrerá pelo prazo do contrato de concessão (Nota 1.1.1).

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



12 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

12.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Moeda nacional	Finalidade	Forma de pagamento	31/03/2020				31/12/2019			
			Encargos		Principal		Encargos		Principal	
			Circulante	Não circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Não circulante	Total
	Ações preferenciais resgatáveis "A", "B" e "C"	Dividendos anuais e pagamento do principal ao término da concessão	2.987	36.920	54.313	94.220	1.807	37.322	53.191	92.320
Total			2.987	36.920	54.313	94.220	1.807	37.322	53.191	92.320

Os empréstimos e financiamentos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

12.1.1 Ações recebíveis cumulativas

Referem-se às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela Companhia no montante original de R\$157.335, onde, de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros), cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social.

Adicionalmente, de acordo com o artigo 9º, as ações preferenciais resgatáveis das classes "A" e "C", terão direito a equiparação na distribuição de dividendos caso sejam pagos dividendos a outras classes de ações superiores ao valor unitário dos dividendos anuais fixos.

O saldo em 31 de março de 2020 de R\$94.220 (R\$92.320 em 31 de dezembro de 2019) contempla o montante original e os juros até 2033 (término da concessão), ambos descontados a valor presente pela taxa de 8,70% a.a., que equivale ao custo médio de captação da Companhia na data de avaliação das ações.

Devido à suas características, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato da Companhia não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o item 19 do CPC 39.

12.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor líquido em			Valor líquido em
	31/12/2019	Transferências	Ajuste a valor presente	
Circulante				
Juros	1.807	1.180		2.987
	1.807	1.180	-	2.987
Não circulante				
Principal	53.191		1.122	54.313
Juros	37.322	(1.180)	778	36.920
	90.513	(1.180)	1.900	91.233

12.3 Vencimento das parcelas

Circulante	
2020	1.807
2021	1.180
	2.987
Não circulante	
2021	3.257
2022	3.995
2023	3.675
2024	3.381
2025 até 2029	13.253
2030 até 2034	63.672
	91.233
Total	94.220

13 Provisões e Depósitos vinculados

Nota	Passivo				Ativo	
	Provisões				Depósitos vinculados	
	Circulante		Não circulante		Não circulante	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	13.1		11.756	11.230	697	672
Licenças ambientais	13.2	5.800	5.368	8.594	9.113	
Total		5.800	5.368	20.350	20.343	697

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

13.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data nas informações contábeis intermediárias. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



13.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo					Ativo	
	Saldo em 31/12/2019	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualizações monetárias	Depósito judicial	
						Saldo em 31/03/2020	31/03/2020
Trabalhistas	-					627	602
Cíveis	10.708				500		11.208
Outros	522	42	(13)	(3)			548
Total Não circulante	11.230	42	(13)	(3)	500	627	602

O valor total referente as garantias de provisões prováveis na Companhia é de R\$965 em 31 de março de 2020 (R\$909 em 31 de dezembro de 2019).

13.1.1.1 Cíveis

Indenizações

Indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório UHE Lajeado ou que pretendem majorar indenizações recebidas da Companhia por conta do citado enchimento, cujo montante provisionado em 31 de março de 2020 é de R\$2.167 (R\$2.071 em 31 de dezembro de 2019).

Desapropriações

Referem-se à indenizações a título de desapropriações propostas pela Companhia para enchimento do reservatório UHE Lajeado, em que se discute a diferença entre o valor depositado pela Companhia e o valor pretendido pelo expropriado, cujo montante provisionado em 31 de março de 2020 é de R\$9.041 (R\$8.637 em 31 de dezembro de 2019). O saldo dos Depósitos judiciais, relacionados a estes processos, em 31 de março de 2020 é de R\$13.138 (R\$13.138 em 31 de dezembro de 2019) e estão registrados no Imobilizado em curso - Depósitos judiciais (Nota 10.2).

13.1.1.2 Outros

Referem-se a honorários de êxito junto a assessores jurídicos pelas ações judiciais que encontram-se em andamento.

13.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	Ativo			
	Depósito judicial			
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Trabalhistas			55	55
Cíveis	118.111	112.434		
Fiscais	3.605	3.584		
Total	121.716	116.018	55	55

O valor total referente as garantias de provisões possíveis na Companhia é de R\$907 em 31 de março de 2020 (R\$904 em 31 de dezembro de 2019).

13.1.2.1 Cíveis

Indenizações

Referem-se, em sua grande maioria, às ações descritas na nota 13.1.1.1 Cíveis - Indenizações, no montante em 31 de março de 2020 de R\$117.940 (R\$112.267 em 31 de dezembro de 2019).

Desapropriações

Referem-se a ações descritas na nota 13.1.1.1 Cíveis - Desapropriações, no montante em 31 de março de 2020 de R\$83 (R\$79 em 31 de dezembro de 2019).

13.1.2.2 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza trabalhista e fiscal em andamento cuja perda foi estimada como remota e, para estas ações, o saldo dos depósitos judiciais em 31 de março de 2020 é de R\$15 (R\$15 em 31 de dezembro de 2019).

13.2 Licenças Ambientais

Refere-se a provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Lajeado, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

A Companhia realizou o ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa implícita ao projeto de 6% a.a., que representa o custo médio de capital da Companhia na data da assinatura do contrato de concessão, e compreende o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

Em 22 de dezembro de 2014 foi emitida pelo Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins a renovação da Licença de Operação – LO nº 11.182/14, válida pelo período de 5 anos, a contar da data de emissão. Como condicionantes da LO, a Companhia deverá dar continuidade à determinados PBAs relacionados às licenças anteriores.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, foram reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já a licença de operação, obtida para a entrada em operação comercial da usina, e suas devidas renovações, foram reconhecidas como ativo intangível e serão amortizadas pelo prazo que representa a vigência da licença.

A Companhia consultou seus assessores jurídicos que avaliaram que as medidas de natureza continuada previstas na licença sob prorrogação automática possuem validade prorrogada e que a legislação prevê prazos mínimos e máximo para a vigência da LO, portanto a Companhia entende que é possível considerar, para fins de provisionamento, as obrigações continuadas pelo prazo de mais 5 anos, previsto na Resolução CONAMA 237/97.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Os desembolsos de natureza ambiental ocorridos durante o período foram de R\$711 (R\$669 em 2019). Para 2020 e 2019, a totalidade destes montantes referem-se aos itens de manutenção da licença ambiental que já haviam sido provisionados e capitalizados.

Licenças ambientais	Saldo em 31/12/2019	Adições	Pagamentos	Atualizações monetária	Transferências	Ajuste a valor presente	Saldo em 31/03/2020
Circulante	5.368	86	(711)	92	929	36	5.800
Não circulante	9.113			156	(929)	254	8.594
Total	14.481	86	(711)	248	-	290	14.394

14 Patrimônio líquido

14.1 Capital social

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

As ações preferenciais são classificadas como Patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis ou somente resgatáveis por opção da Companhia. Não dão direito a voto, possuindo preferência na liquidação da sua parcela do Capital social.

De acordo com Estatuto social, o Capital social em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 é de R\$961.794. Para fins das informações contábeis intermediárias, o Capital social apresentado pela Companhia em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 é de R\$804.459 que corresponde às ações ordinárias e ações preferenciais classe "R". O montante em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 de R\$157.335 corresponde às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C". A Companhia não tem o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para os detentores destas ações, decorrente da obrigatoriedade de pagamento anual de dividendos adicionais fixos a estes acionistas, razão pela qual essas ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida e descontadas a valor presente por satisfazerem a definição de passivo financeiro, conforme determina o item 19 do CPC 39 (Nota 12). Estas ações serão resgatáveis até o término do contrato de concessão da Companhia, ou seja, até 15 de janeiro de 2033.

Não houve variações na composição do Capital social em 31 de março de 2020 face a 31 de dezembro de 2019. Segue a composição do Capital social:

	31/03/2020 e 31/12/2019											
	Em milhares de ações											
Acionistas	Qtd de ações "ON"	% Participação	Qtd de ações "PNR"	% Participação	Qtd de ações "PNA"	% Participação	Qtd de ações "PNB"	% Participação	Qtd de ações "PNC"	% Participação	Total	% Participação
CEB Lajeado S.A.	80.440	20,00	51.112	20,00	980	6,02	1.031	20,00			133.563	16,98
Paulista Lajeado Energia S.A.	28.154	7,00	17.889	7,00	343	2,11	361	7,00			46.747	5,94
EDP - Energias do Brasil S.A.									35.947	33,53	35.947	4,57
Lajeado Energia S.A.	293.608	73,00	186.559	73,00	6.684	41,04	3.764	73,00			490.615	62,39
Companhia Paranaense de Energia - COPEL					6.425	39,45					6.425	0,82
Furnas Centrais Elétricas S.A.					1.650	10,13					1.650	0,21
Outros					207	1,25			71.252	66,47	71.459	9,09
	402.202	100,00	255.560	100,00	16.289	100,00	5.156	100,00	107.199	100,00	786.406	100,00

15 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia reconhece sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

- **Suprimento de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.

- **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



- **Arrendamentos e aluguéis:** A receita de arrendamento é medida pelo valor justo da contraprestação a receber e são reconhecidas em bases mensais conforme os contratos de arrendamento.

Nota	Períodos de 3 meses findos em 31 de março			
	MWh (*)		R\$	
	2020	2019	2020	2019
Suprimento de energia elétrica	8.032	8.235	1.630	1.565
Energia de curto prazo	770	2.744	114	613
Arrendamentos e aluguéis	5		38.093	49.732
Outras receitas operacionais			181	169
Receita operacional bruta	8.802	10.979	40.018	52.079
(-) Deduções à receita operacional				
PIS/COFINS			(3.702)	(4.817)
P&D			(15)	(19)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH			(76)	(53)
Taxa de fiscalização			(7)	(7)
	-	-	(3.800)	(4.896)
Receitas	8.802	10.979	36.218	47.183

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

16

Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados a operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis as fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

Nota	Períodos de 3 meses findos em 31 de março				
	2020				
	Custo do serviço		Despesas operacionais		
	Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda		162			162
Encargos de uso da rede elétrica		164			164
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	16.1		2.444	1.570	4.014
Material			172	59	231
Serviços de terceiros	16.2		955	859	1.814
Depreciação - Imobilizado em serviço			8.723	47	8.770
Depreciação - Ativos de direito de uso				98	98
Amortização			890	24	914
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	13.1.1			39	39
Arrendamentos e aluguéis				41	41
Outras		1	67	436	504
Total		327	13.251	3.134	16.751

Nota	Períodos de 3 meses findos em 31 de março				
	2019				
	Custo do serviço		Despesas operacionais		
	Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda		37			37
Encargos de uso da rede elétrica		428			428
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	16.1		2.409	1.325	3.734
Material			188	33	221
Serviços de terceiros	16.2		876	1.140	2.016
Depreciação - Imobilizado em serviço	10.1.1		12.113	427	12.540
Depreciação - Ativos de direito de uso				189	189
Amortização			689	29	718
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	13.1.1			1	1
Arrendamentos e aluguéis				3	3
Outras		1	197	88	286
Total		466	16.472	3.234	20.173

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

16.1 Pessoal e Administradores

	Períodos de 3 meses findos em 31 de março	
	2020	2019
Pessoal		
Remuneração	2.076	1.958
Encargos	730	638
Previdência privada - Corrente	85	131
Despesas rescisórias	27	5
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	323	264
Outros benefícios - Corrente	485	446
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	20	9
	<u>3.746</u>	<u>3.451</u>
Administradores		
Honorários e encargos	259	277
Benefícios dos administradores	9	6
	<u>268</u>	<u>283</u>
	<u>4.014</u>	<u>3.734</u>

16.2 Serviços de terceiros

	Períodos de 3 meses findos em 31 de março	
	2020	2019
Serviços de consultoria	332	500
Serviços de manutenção	228	332
Serviços de limpeza e vigilância	332	322
Serviços ambientais	107	100
Serviços de informática	196	282
Serviços de publicação e publicidade	105	143
Serviços de transporte	33	34
Serviços compartilhados	398	189
Outros	83	114
	<u>1.814</u>	<u>2.016</u>

17 Resultado financeiro

	Nota	Períodos de 3 meses findos em 31 de março	
		2020	2019
Receitas financeiras			
Juros e variações monetárias			
Renda de aplicações financeiras e cauções		491	185
Energia vendida		35	13
Depósitos judiciais		7	10
Juros e multa sobre tributos	6	112	241
Arrendamentos e aluguéis		190	
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(33)	(22)
Outras receitas financeiras		35	17
		<u>837</u>	<u>444</u>
Despesas financeiras			
Encargos de dívida			
Empréstimos e financiamentos	12.2		(2.897)
Ajustes a valor presente	12.2	(1.900)	(1.842)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	13.1.1	(500)	(402)
Uso do bem público		(1.481)	(1.300)
Benefícios pós-emprego		(28)	(24)
Arrendamentos e aluguéis			(67)
Outros juros e variações monetárias		(538)	(862)
Outras despesas financeiras		(20)	(30)
		<u>(4.467)</u>	<u>(7.424)</u>
		<u>(3.630)</u>	<u>(6.980)</u>

18 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

	Períodos de 3 meses findos em 31 de março	
	2020	2019
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	15.837	20.030
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	(5.385)	(6.810)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
Doações	(11)	(22)
Juros sobre as ações preferenciais		(986)
Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores		364
Incentivos fiscais	42	42
Despesa de IRPJ e CSLL	<u>(5.354)</u>	<u>(7.412)</u>
Alíquota Efetiva	33,8%	37,0%

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



19 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do período. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o período é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	Períodos de 3 meses findos em 31 de março	
	2020	2019
Resultado líquido do período atribuível aos acionistas das ações:		
Ordinárias (ON)	2.637	4.772
Preferenciais Classe "R" (PNR)	3.126	3.126
Preferenciais Classe "A" (PNA)	598	598
Preferenciais Classe "B" (PNB)	189	189
Preferenciais Classe "C" (PNC)	3.933	3.933
	<u>10.483</u>	<u>12.618</u>
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)		
Ordinárias (ON)	402.202	402.202
Preferenciais Classe "R" (PNR)	255.560	255.560
Preferenciais Classe "A" (PNA)	16.289	16.289
Preferenciais Classe "B" (PNB)	5.156	5.156
Preferenciais Classe "C" (PNC)	107.199	107.199
	<u>786.406</u>	<u>786.406</u>
Resultado básico e diluído por ação (reais/ações)		
Ordinárias (ON)	0,00656	0,01186
Preferenciais Classe "R" (PNR)	0,01223	0,01223
Preferenciais Classe "A" (PNA)	0,03669	0,03669
Preferenciais Classe "B" (PNB)	0,03669	0,03669
Preferenciais Classe "C" (PNC)	0,03669	0,03669

Segue abaixo a conciliação do Resultado líquido do período atribuível aos acionistas, conforme requerido pelo CPC 41:

	Resultado por classe de ações (sem ajustes)	Ajustes (Nota 19.1)	Resultado por classe de ações
2020			
Ordinárias (ON)	5.361	(2.724)	2.637
Preferenciais Classe "R" (PNR)	3.407	(281)	3.126
Preferenciais Classe "A" (PNA)	217	381	598
Preferenciais Classe "B" (PNB)	69	120	189
Preferenciais Classe "C" (PNC)	1.429	2.504	3.933
	<u>10.483</u>	<u>-</u>	<u>10.483</u>
2019			
Ordinárias (ON)	6.454	(1.682)	4.772
Preferenciais Classe "R" (PNR)	4.100	(974)	3.126
Preferenciais Classe "A" (PNA)	261	337	598
Preferenciais Classe "B" (PNB)	83	106	189
Preferenciais Classe "C" (PNC)	1.720	2.213	3.933
	<u>12.618</u>	<u>-</u>	<u>12.618</u>

19.1 Direito das ações preferenciais

De acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais resgatáveis gozarão dos seguintes direitos:

- (i) ações preferenciais classe "R": recebimento de um dividendo anual fixo, não cumulativo, de 1% sobre o valor da sua respectiva participação no Capital social; e
- (ii) ações preferenciais classe "A", "B" e "C": recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no Capital social.

De acordo com o artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais resgatáveis de classes "A" e "C" tem as seguintes vantagens:

- (i) recebimento de dividendos suplementares aos 3% inicialmente descritos no artigo 8º do Estatuto Social, caso sejam pagos dividendos maiores a outras classes ou tipos de ações, de modo que nenhuma outra classe de ações sejam conferidas vantagens patrimoniais superiores;
- (ii) prioridade no reembolso de capital, em caso de dissolução da Companhia; e
- (iii) igualdade de condições em relação às demais classes e espécie de ações, concorrendo em todos os eventos qualificados como de distribuição de resultados, inclusive na capitalização de reservas disponíveis e lucros retidos a qualquer título.

20 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas substanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



20.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

20.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

	Nota	Níveis	Valor justo		Valor contábil	
			31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Caixa e equivalentes de caixa	3					
Aplicações financeiras		Nível 2	61.889	36.843	61.889	36.843
			<u>61.889</u>	<u>36.843</u>	<u>61.889</u>	<u>36.843</u>
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	3					
Bancos conta movimento		Nível 2	1.723	1.019	1.723	1.019
Concessionárias		Nível 2	2.059	2.130	2.059	2.130
Rendas a receber	5	Nível 2	12.698	16.577	12.698	16.577
Outros créditos - Partes relacionadas	8	Nível 2	25	155	25	155
			<u>16.505</u>	<u>19.881</u>	<u>16.505</u>	<u>19.881</u>
			<u>78.394</u>	<u>56.724</u>	<u>78.394</u>	<u>56.724</u>
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores		Nível 2	2.289	3.320	2.289	3.320
Uso do bem público		Nível 2	48.199	45.227	50.344	50.189
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	12					
Moeda nacional		Nível 2	97.194	96.507	94.220	92.320
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	8	Nível 2	1.501	1.027	1.501	1.027
Arrendamentos e aluguéis		Nível 2	763	1.015	740	1.015
Licenças Ambientais	13.2	Nível 2	15.191	14.600	14.394	14.481
			<u>165.137</u>	<u>161.696</u>	<u>163.488</u>	<u>162.352</u>

20.2 Gestão de riscos

A política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil abrange todas as suas unidades de negócios e está alinhada à estratégia do Grupo EDP em suas operações no mundo. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

Desde 2006 o Grupo EDP - Energias do Brasil desenvolveu processos para monitoramento e avaliação dos riscos corporativos. A partir de 2010, foram criados novos métodos e um novo dicionário de riscos, tendo sido o mesmo consolidado em 2011 como uma Norma de Risco Corporativo, e mantida atualizada desde então.

A gestão de riscos corporativos é baseada nos melhores modelos de governança tais como COSO ERM - Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission e ISO 31.000. A gestão integrada de riscos atua como facilitadora no processo de gestão integrada de riscos, auxiliando na identificação, classificação, avaliação e gerenciamento dos riscos e tem como objetivo assegurar que os diversos riscos inerentes a cada uma das áreas da empresa sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria da Companhia.

O Comitê de Risco é composto por 3 "Risk Officers" separados por natureza dos riscos (Estratégicos, Energético/Regulatório, Financeiros e Operacionais) e pela Diretoria Executiva.

A área de Gestão de Riscos realiza reportes periódicos para o Comitê de Auditoria para o acompanhamento das atividades, além disso, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas de defesa, foram segregadas as funções de Compliance e Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo de Gestão do Riscos da EDP - Energias do Brasil, foi criada uma nova diretoria de Gestão de Riscos e Segurança.

20.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Em 31 de março de 2020 a Companhia não possui riscos de mercado associados a dívida.

Com a pandemia do COVID-19 (Nota 3.1) a Administração da Companhia avaliou suas principais exposições tendo concluído que, no período, os riscos significativos encontram-se controlados pelos motivos acima descritos, considerando que sua atividade principal é o arrendamento de sua usina, com preços definidos em contrato protegidos de inflação.

20.2.1.1 Análise de sensibilidade

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Operação	Risco	Saldo da exposição	Aging cenário provável					
			Até 1 ano	Cenário (I) Provável	Cenário (II) Aumento do risco em 25%	Cenário (III) Aumento do risco em 50%	Cenário (IV) Redução do risco em 25%	Cenário (V) Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	61.889	1.652	1.652	412	823	(412)	(825)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	61.889	1.652	1.652	412	823	(412)	(825)

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e alinhada com a expectativa da Administração da Companhia. O CDI apresentou seu intervalo entre 3,1% e 6,4% a.a.

20.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Quando necessário, a Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3) e Rendas a receber (Nota 5). A Companhia tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Rendas a receber, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de março de 2020, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/03/2020					Total	31/12/2019
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos		
Passivos financeiros							
Fornecedores	2.102	92	95			2.289	3.320
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				1.501		1.501	1.027
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas			2.987	14.308	76.925	94.220	92.320
Uso do bem público	448	890	3.929	19.148	25.929	50.344	50.189
Arrendamentos e aluguéis			482	258		740	1.015
Licenças Ambientais	471	1.796	3.533	8.594		14.394	14.481
	3.021	2.778	11.026	43.809	102.854	163.488	162.352

20.2.3 Risco hidrológico

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo Operador Nacional do Sistema – ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia à um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (*Generation Scaling Factor*) para os geradores hidrelétricos.

Para reduzir a exposição a este risco, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico, para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 92% deste risco hidrológico remanescente para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT mediante pagamento de prêmio.

20.2.4 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

• Concessionárias

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo, considerando as garantias contratuais apresentadas no âmbito dos contratos de energia no ACR.

• Rendas a receber

O montante de Rendas a receber é relativo aos recebíveis decorrentes do contrato de arrendamento da UHE Lajeado junto aos acionistas. A Companhia não possui histórico de perdas ou atrasos para estes recebíveis o que demonstra o baixo risco de *default*. Ademais, o contrato de arrendamento contempla como garantia financeira parte dos recebíveis de venda de energia dos acionistas.

• Caixa e Equivalentes de caixa

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Segue abaixo os montantes de aplicações financeiras segregadas por classificação de riscos:

	Nota	31/03/2020	31/12/2019
Classificação da instituição financeira			
AAA		61.889	18.025
AA			18.818
	3	61.889	36.843

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



20.2.5 Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL, Agência Tocantinense de Regulação - ATR etc.) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

20.2.6 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos ou refinarçar as dívidas existentes.

	31/03/2020	31/12/2019
Total dos empréstimos	94.220	92.320
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(63.612)	(37.862)
Dívida líquida	30.608	54.458
Total do Patrimônio Líquido	930.127	919.644
Total do capital	960.735	974.102
Índice de alavancagem financeira - %	3,19%	5,59%

21 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

21.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

Nota	2020				
	Saldo em 31/12/2019	Efeito caixa	Efeito não caixa		Saldo em 31/03/2020
			Ajuste a valor presente	Adições/baixas	
Aumento (diminuição) de passivos financiamento					
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	92.320	-		1.900	94.220
Arrendamentos e aluguéis	1.015	(85)	(206)	16	740
	93.335	(85)	(206)	1.916	94.960
	2019				
	Saldo em 31/12/2018	Efeito caixa	Efeito não caixa		Saldo em 31/03/2019
			Ajuste a valor presente	Adições/baixas	
Aumento (diminuição) de passivos financiamento					
Dividendos	22.910			9.437	32.347
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	93.311		1.842	2.897	98.050
Arrendamentos e aluguéis	-	(114)	20	2.034	1.940
	116.221	(114)	1.862	14.368	132.337

21.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2), as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	2020	2019
Constituição de dividendos e JSCP a pagar		9.437
Provisão para custos com licença ambiental no imobilizado	86	304
Constituição de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado		2.034
Total	86	11.775

22 Compromissos contratuais e Garantias

22.1 Compromissos contratuais

Em 31 de março de 2020 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas informações contábeis intermediárias, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e descontadas a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil.

	31/03/2020				31/12/2019	
	Abril/2020 a Março/2021	Abril/2021 a Março/2023	Abril/2023 a Março/2025	A partir de 2026	Total Geral	Total Geral
Responsabilidades com locações operacionais	96	77			173	149
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	15.303	11.775	3.093	54	30.225	24.242
Prêmio de risco - GSF				385	385	385
	15.399	11.852	3.093	439	30.783	24.776

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de março de 2020, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/03/2020				31/12/2019	
	Abril/2020 a Março/2021	Abril/2021 a Março/2023	Abril/2023 a Março/2025	A partir de 2026	Total Geral	Total Geral
Responsabilidades com locações operacionais	96	82			178	130
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	15.213	12.668	3.864	94	31.839	21.238
Prêmio de risco - GSF				872	872	872
	15.309	12.750	3.864	966	32.889	22.240

22.2 Garantias

Tipo de garantia	Modalidade	Limite máximo garantido	
		31/03/2020	31/12/2019
Seguro de vida	Aval de acionista	10.276	9.386
Ações judiciais	(i) Fiança Bancária e (ii) Seguro garantia	363	363
		10.639	9.749

* * *

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas
Presidente

Luiz Otavio Assis Henriques
Conselheiro

Edison Antônio Costa Britto Garcia
Conselheiro

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor Presidente, de Relações com Investidores e Administrativo

João Marcos Assis da Silva
Diretor Vice-Presidente

Plácido Gonçalves Meirelles Junior
Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho
Diretor Vice-Presidente de Controle

Rodolfo Colli da Cunha
Diretor Vice-Presidente

Vitor Hugo Alexandrino da Silva
Diretor Financeiro

CONSELHO FISCAL

Allain Brasil Bertrand Júnior
Conselheiro

Felipe Ha Jong Kim
Conselheiro

João Antonio de Sousa Araújo Ribeiro da Costa
Conselheiro

Alexandre Guimarães
Conselheiro

Ademir José Scarpin
Conselheiro

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamonte
Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos (Corporativo)

Renan Silva Sobral
Gestor Executivo de Contabilidade
Contador - CRC 1SP271964/O-6 "S" TO

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais



Comentário sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Conforme Art.20 da Instrução CVM nº 480/09, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Todas as informações julgadas relevantes pela Companhia estão contempladas no Comentário de Desempenho e nas Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Investco S.A.
Miracema do Tocantins - TO

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Investco S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 04 de maio de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Rosane Palharim
Contadora CRC 1SP220280/O-9

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Investco S.A., em reunião realizada em 04 de maio de 2020 às 11:00 horas, no pressuposto de que não ocorrerão modificações pela Administração e que o relatório sobre a revisão das informações trimestrais dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, definitivo será emitido na forma como apresentado nesta data, tendo examinado as Informações Contábeis Intermediárias e o Comentário de Desempenho do período findo em 31 de março de 2020, manifestamo-nos, por unanimidade, com parecer favorável às Informações Contábeis Intermediárias tendo em vista que as peças retratam adequadamente a situação econômico-financeira da Companhia.

São Paulo, 04 de maio de 2020.

ALLAIN BRASIL BERTRAND JÚNIOR
Conselheiro Efetivo

JOÃO ANTÔNIO DE SOUSA ARAÚJO RIBEIRO DA COSTA
Conselheiro Efetivo

FELIPE HA JONG KIM
Conselheiro Efetivo

ADEMIR JOSÉ SCARPIN
Conselheiro Efetivo

ALEXANDRE GUIMARÃES
Conselheiro Efetivo

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Administradores da Companhia, em atendimento ao disposto no inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, declaram que, em 29 de março 2020, reviram, discutiram e concordam com as Informações Contábeis Intermediárias da Companhia para o período findo em 31 de março de 2020.

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES

Diretor Presidente, Diretor Administrativo e de Relações com Investidores

JOÃO MARCOS ASSIS DA SILVA

Diretor Vice-Presidente

RODOLFO COLI DA CUNHA

Diretor Vice-Presidente

PLÁCIDO GONÇALVES MEIRELLES JUNIOR

Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

VITOR HUGO ALEXANDRINO DA SILVA

Diretor Financeiro

LOURIVAL TEIXEIRA DOS SANTOS SOBRINHO

Diretor Vice-Presidente de Controle

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os Administradores da Companhia, em atendimento ao disposto no inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, declaram que em 29 de abril de 2020, reviram, discutiram e concordam com as Informações Contábeis Intermediárias da Companhia para o período findo em 31 de março de 2020, bem como declaram que nessa mesma data, reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório emitido pela KPMG Auditores Independentes.

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES

Diretor Presidente, Diretor Administrativo e de Relações com Investidores

JOÃO MARCOS ASSIS DA SILVA

Diretor Vice-Presidente

RODOLFO COLI DA CUNHA

Diretor Vice-Presidente

PLÁCIDO GONÇALVES MEIRELLES JUNIOR

Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

VITOR HUGO ALEXANDRINO DA SILVA

Diretor Financeiro

LOURIVAL TEIXEIRA DOS SANTOS SOBRINHO

Diretor Vice-Presidente de Controle